



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

**TATIANE GALVÃO MONTEIRO**

**O USO DAS MÍDIAS NO ENSINO RELIGIOSO NUMA PERSPECTIVA MARXISTA:  
Uma proposta para o ensino fundamental de 5º e 6º anos**

**Macapá-AP**

**2012**

**TATIANE GALVÃO MONTEIRO**

**O USO DAS MÍDIAS NO ENSINO RELIGIOSO NUMA PERSPECTIVA MARXISTA:  
Uma proposta para o ensino fundamental de 5º e 6º anos**

Monografia apresentada à coordenação do Curso de Especialização em Mídias na Educação da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Mídias na Educação.

Orientador: Prof. Ms. Rafael Wagner Santos Costa.

**Macapá-AP**

**2012**

**TATIANE GALVÃO MONTEIRO**

**O USO DAS MÍDIAS NO ENSINO RELIGIOSO NUMA PERSPECTIVA MARXISTA:  
Uma proposta para o ensino fundamental de 5º e 6º anos**

Defesa em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Conceito obtido:\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Rafael Wagner Santos Costa/UNIFAP

---

Prof. Ms. André Luiz da Silva Freire/IFAP

---

Prof. Ms. Rafael Oliveira Chaves/UFPA

---

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por me guiar e iluminar meus caminhos para adquirir mais conhecimento;

Sou grata ao meu orientador Mestre Rafael Wagner, graças à sua parceria pôde vivenciar; minhas etapas de leitura e escrita, durante o processo de pesquisa acadêmica. Obrigada pelas sugestões, além da paciência e incentivo na elaboração desse trabalho;

À minha família: Pai, mãe, esposo e irmãos, que me deram força e compreensão durante minha vida acadêmica;

À direção da Escola Estadual Coaracy Nunes, à secretária escolar, aos professores, funcionários e aos alunos pelo apoio e dedicação.

Aos colegas de curso;

E a todo o corpo docente do Curso de Especialização em Mídias na Educação, pelas palavras de incentivo e pelo conhecimento que nos transmitiram durante nosso convívio.

## RESUMO

Este trabalho visa analisar e refletir sobre o ensino e aprendizagem do Ensino Religioso nos dias atuais e como a tecnologia multimídia pode influenciar as aulas tornando-as mais interessantes, estimuladoras e mais significativas. Subjaz neste estudo o entendimento que, atualmente, se vive em constantes mudanças tecnológicas, que modificam as mídias acentuando as desigualdades sociais e econômicas. Discutiremos a importância da utilização das mídias no Ensino Religioso numa perspectiva Marxista através de uma abordagem crítica da realidade e do compromisso da educação com a transformação social. Para que as mídias sejam utilizadas de uma forma significativa, realizamos uma atividade prática com os alunos 5º e 6º anos da E. E. Coaracy Nunes mostrando como e porque utilizar as mídias nas aulas de Ensino Religioso.

**Palavras-chaves:** Ensino Religioso. Mídias. Tecnologias.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1 CAPÍTULO – RESSIGNIFICANDO O ENSINO RELIGIOSO SOB UM OLHAR DAS MÍDIAS DIGITAIS</b> .....	11
1.1 TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO .....	11
1.2 O USO DA MÍDIA NO ENSINO RELIGIOSO .....	13
1.3 O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO .....	15
1.4 POR QUE UTILIZAR A MULTIMÍDIA NO ENSINO RELIGIOSO .....	20
1.5 OS BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ENSINO RELIGIOSO .....	21
<b>CAPITULO II: MÍDIAS NA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA MARXISTA</b> .....	25
2.1 A RELAÇÃO DAS MÍDIAS NA DIVISÃO SOCIAL .....	29
2.2. EDUCAÇÃO X ALIENAÇÃO .....	35
2.3 .EDUCAÇÃO X MUDANÇA SOCIAL .....	37
<b>CAPITULO III: A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA EDUCAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA O USO DAS MÍDIAS</b> .....	43
3.1 TRABALHANDO COM PROJETOS .....	47
3.2. PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA USO DAS MÍDIAS NA AULA DE ENSINO RELIGIOSO .....	48
<b>CONCLUSÃO</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54

## INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo propor o uso das Mídias no Ensino Religioso como instrumento de leitura da realidade, conjugado ao entendimento das relações existentes entre os elementos desse espaço, contribuindo para a plena cidadania.

O compêndio tem sido, em nosso país, o principal instrumento desse trabalho. Um século atrás a memorização verbal era regra; o pluralismo religioso, a opção religiosa do educando não era respeitada, na origem do ensino religioso. No dizer de Branca Jurema Ponce:

(...) Neste momento chamou-se de ensino religioso o ensino do catolicismo, religião oficial da metrópole, realizado de modo compulsório e doutrinário. A consideração da existência de outras formas de religiosidade, como a dos indígenas, por exemplo, nem passava pela cabeça dos responsáveis pela educação formal (PONCE, 1998, p.20).

Embora as mudanças políticas que passou o país de lá para cá e dos esforços de educadores, o ensino religioso, tem tradicionalmente carregado uma marca doutrinal, e a desvalorização do ensino religioso em relação às outras disciplinas pela equipe escolar, e pelos alunos, desafios a serem enfrentados. Desafios no que se diz respeito aproximar o ensino religioso da vida do educando através da utilização das mídias numa perspectiva de leitura da realidade social, de formação humanista, um ser em relação consigo mesmo, com outro, com a natureza, e com o transcendente.

O ensino religioso na escola pública, demanda a utilização das mídias educacionais, com a adoção de outras metodologias de ensino e aprendizagem, e é ponto afirmativo que essas se integrem à prática pedagógica. Isso requer conhecimento das tecnologias disponíveis e de suas potencialidades como instrumento didático. Assim sendo, se delineou como foco central da pesquisa as diversas mídias (computador, televisão, material impresso, sítios web), para clarear e dar um rumo alternativo, ao conhecimento do ensino religioso, neste tempo em que as tecnologias de comunicação e informação evoluem diariamente.

O trabalho tem um recorte bem preciso que culmina com várias indagações que permearam o estudo: As mídias no ensino religioso devem contribuir para que o aluno conheça sua realidade? Qual o papel das mídias no ensino religioso?

Estudar esta questão a partir do enfoque marxista significou atender para as condições sociais do ato de educar para a construção de cidadãos e entender a situação do Ensino Religioso frente a o sistema formal de Educação, hoje no Brasil. Estas questões básicas de investigação se constituem na formulação dos problemas específicos que nortearam este estudo.

Por isso, se fez à opção de seguir o método Marxista, que se aproxima muito com o objetivo a atingir. O uso das mídias deverá ocorrer para a reflexão crítica da sociedade, que é preciso conhecer, pois essa vivência é necessária para aproximação harmoniosa do processo de relação mundo/escola.

Dessa forma se faz necessário à presença também da dialética como visão de que por trás da escola há uma realidade presente na vida de cada educando, e que precisa ser desvendado no seu processo social. Neste sentido, a dialética requer uma mudança de todas as histórias, nesse caso da vida da escola e do educando. A sistematização das análises coletadas com o trabalho baseado na experiência em sala de aula e concomitantemente os teóricos, foram sistematizadas todas as ideias apresentadas ao longo da pesquisa – de maneira crítica, pela importância e necessidade de ter o ensino religioso mais próximo da vida dos educandos.

Pretende-se, com essas questões, entender como o ensino religioso pode ser significativo para os alunos através do uso das mídias numa perspectiva de leitura da realidade dos alunos, que criam e recriam seus espaços culturalmente construídos.

Tanto a escolha do tema como sua delimitação deu-se em função da resignificação do ensino religioso na educação escolar, sendo que, quando se pensa em ensino religioso, dificilmente esse é associado à utilização de tecnologias, apesar da utilização massiva da tecnologia pela religião através da televisão, rádio, redes sociais. A observação foi o ponto de partida da investigação social para obter informações sobre determinado aspectos da realidade dos educandos.

Para o objeto de investigação, alguns critérios foram importantes na orientação, situando-o no seguinte domínio: a) a prática do ensino religioso e sua relação com a vida no âmbito social; b) a contribuição do uso das mídias no ensino religioso para a construção de cidadãos.

Em seguida, foi necessária a busca de outras fontes para obter dados do ensino religioso no Brasil, seu processo de identidade no decorrer da história do país. Leram-se revista, artigos, livros, assim como leituras de textos que traziam

alguma aproximação com o tema. Em artigos encontrou-se como a relação entre religião, mídia e Estado relação está cheia de nuances no decorrer da história. Estas fontes permitiram questionar, qual o objetivo das mídias utilizadas nas aulas de ensino religioso deve tomar no processo educacional.

Após, a delimitação do espaço de atuação na escola Estadual Coaracy Nunes, selecionou-se 230 alunos do 5º e 6º anos, com a elaboração do projeto de Ensino Religioso, intitulado Resgatando valores humanos, na qual os alunos escolheram o tema Bullying, realizaram pesquisa no laboratório de informática, produziram vídeos, assistiram a filme relacionado com o tema, utilizaram o celular para mandar mensagem de texto, para colegas e professores sobre a temática. O objetivo deste projeto é desenvolver nos alunos através do uso das mídias à leitura crítica da realidade, onde eles estão inseridos e mostra para os educandos que o conhecimento não está só em sala de aula, mais na vida mantendo uma inter-relação com a comunidade, com as pessoas, com a natureza e com o transcendente (termo utilizado para se referir a Deus ou deuses).

No projeto os educandos desenvolveram sua capacidade de observação e análise no sentido de prever, explicar e intervir na realidade de forma mais concreta, pois através da observação do espaço o mesmo passa a ter uma compreensão e um retrato mais fiel da realidade social e do mundo que o cerca. E, que o significado dessa revolução interior do individuo somente se torna patente quando contrastada com os períodos que precederam e com o período que sucederam, isto é, o processo de aprendizado da prática pedagógica tradicional em relação ao diferencial da adoção das mídias enquanto leitura da realidade social como estratégia para melhorar o ensino-aprendizagem no ensino religioso, reflexão do aluno da sua prática cotidiana, no sentido de compreensão e resolução de problemas.

Com a organização dos três segmentos desta monografia, tem-se o intuito de apresentar no primeiro capítulo a contextualização do uso das mídias na educação e no ensino religioso, situamos o ensino religioso como disciplina no tempo e no espaço escolar brasileiro, e analisaram-se os benefícios da tecnologia na aula de ensino religioso.

No segundo capítulo, nosso estudo lança-se ao exame da sociedade capitalista e seu reflexo na Educação e recorre a alguns tópicos destacados pela teoria Marxista. Sendo que, Marx e Engels elaboraram alguns textos sobre a

formação e o ensino, na qual o fenômeno Educação está ligado com as relações socioeconômicas.

No terceiro capítulo, damos ênfase, em primeiro lugar, a educação numa perspectiva dialética para o uso das mídias, em segundo, é trazida questões relativas ao trabalho com projetos no ensino religioso, com as quais se pretende poder trazer algumas contribuições para a atuação de indivíduos conscientes da sua realidade social, em uma educação mais humana, enfatiza-se o caráter individualista da sociedade nascida da produção para o mercado. Esse modo de produção altera radicalmente a relação que os homens mantêm com os seus semelhantes, com o transcendente, e com os objetos. Atualmente, a relação dos indivíduos com os bens, serviços, a natureza, e até com Deus é regida pelo valor de troca.

Procurou-se ressignificar o ensino religioso, através do uso das mídias considerando elementos importantes da realidade social na qual estão inseridos os educandos. A intenção é tentar ir além de usar as mídias para repassar conteúdos, uma vez que o ensino religioso tem um papel importante na escola ao lado de outras disciplinas.

Assim, o conhecimento religioso, enquanto sistematização de uma das dimensões da relação do ser humano com a realidade está ao lado de outros, que, articulados, explicam o significado da existência humana. (FONAPER, Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso, p.30)

O ensino religioso prepara para a vida em sociedade, na construção de um ser em relação com as pessoas, com a natureza, e com o transcendente. Portanto, desenvolvendo com isso a responsabilidade social, promovendo a cidadania no seu conceito mais amplo, cultivando a solidariedade, expandindo a capacidade de trabalhar em grupo. Permitido, neste sentido, ao educando verificar que sua sobrevivência como espécie está diretamente vinculada a um novo relacionamento com o mundo, baseado no respeito mútuo e num conhecimento que leva, porque não dizer, ao amor – principio esse que aparece, embora com palavra diferente em varias religiões.

# 1. RESSIGNIFICANDO O ENSINO RELIGIOSO SOB UM OLHAR DAS MÍDIAS DIGITAIS

## 1.1 A TECNOLOGIA NA ESCOLA

Na década de 40, surgiu o primeiro computador desenvolvido pelo Exército dos EUA, com objetivos bélicos usado na segunda guerra mundial. Com o tempo aquele gigante, hoje cabe na mão e tem muitas mais funções, cada dia o mercado lança um produto novo que agrega um número maior de mídias.

A velocidade com que as informações são difundidas praticamente de todos os lugares do mundo ocorre por meio de recursos tecnológicos. Telefones, vídeos, televisão, computadores, satélites são recursos desenvolvidos e equipamentos aperfeiçoados, em que engloba todos os recursos audiovisuais (PRETTO, 2001, p. 19).

A junção de várias mídias, como gráficos, desenhos, esquemas, fotografias, filmes, animação, sons, textos, dentre outros, são coordenados por programas de computador e, mais recentemente, interagindo diretamente com os usuários. Surge assim, o conceito de multimídia. “Neste contexto, é importante ressaltar que as tecnologias, também, chegaram à área da educação e os professores estão vivenciando uma cultura tecnológica” (VIEIRA, 2003).

Neste novo cenário na educação, o professor deve atuar como mediador deixando de lado a visão de professor dono do saber e repassador de informações, ele passa a ser o facilitador de ensino-aprendizagem. Compartilhando dos mesmos pensamentos de Vieira (2003), essas ferramentas contribuem para tornar o ensino do conteúdo mais interessante, cativando o aluno.

As tecnologias estão invadindo as escolas públicas isso é fato o que se nota através da instalação de laboratórios de informática e internet via programas do governo federal e estadual. Segundo Pedrosa (2002) enquanto não forem criadas possibilidades através de substancial mudança na estrutura do ensino continuaremos na situação de dependência e servidão. No entanto, o computador e sua capacidade técnica podem ser usados no sentido da democratização, humanização, transformando as desigualdades existentes na sociedade.

Precisamos ter em mente que a escola sozinha, não consegue realizar uma proposta pedagógica. É necessário o envolvimento de todos, desde os professores, alunos e funcionários da escola, pois não basta colocar o recurso na escola, mas,

também, pessoas capacitadas para trabalharem. “A falta de participação das pessoas com o interesse de que este recurso viesse a melhorar, foi visto como um elemento estranho para algumas pessoas como desperdício de dinheiro por parte do governo, e para outras um obstáculo nas escolas.” (OLIVEIRA, 2001).

Embora existam muitos recursos, os que mais usamos em sala de aula são:

a) Televisão e Vídeo.

Na educação a televisão e o vídeo são ferramentas que poderão ser trabalhadas como opção lúdica pelos docentes e educandos tornando a aula mais interessante e estimulante, e muito bem-sucedida quando bem amarrada ao planejamento de Ensino Religioso, ou em qualquer outra disciplina. Os alunos têm contato com este recurso tecnológico desde os primeiros anos de vida, na maioria das vezes, sem critérios e limites de conteúdos adequados por parte dos responsáveis.

Segundo Maria Rocco, (apud PACHECO, 2000) “quando uma criança assiste à TV, entre a produção emitida e a recepção, há um processo muito complexo. Até a imagem doproduto veiculado chegar à criança, ela passa por muitos filtros, sofre uma série de operações mediadoras”.

A televisão e o vídeo são recursos que proporcionam uma serie de benefícios na sala de aula, quando usadas de maneira correta e com moderação, pois têm uma função relevante, partindo do concreto, do visível, do imediato, do próximo, que toca todos os sentidos.

“Mediador” esse é o papel do professor, que aliado a um bom planejamento sobre o que quer desenvolver com seus alunos quando apresenta a eles um programa de televisão, um filme ou trechos de um filme, desenhos, documentários, dentre outros, para que o educando possa fazer relações com o conteúdo da disciplina e com o que o professor está passando com este recurso tecnológico.

c) O Computador:

Como em qualquer profissão o computador mudou os rumos do educador do presente, pois o mundo respira tecnologia estamos cada vez mais conectados. Quando pensamos ou falamos em tecnologia, em nossa mente vem Internet, celulares, computadores, e-mails.

O professor precisa se apropriar dessas tecnologias, no ambiente educacional, elas propiciam novas formas de ensinar, aprender e produzir conhecimento.

A entrada dos computadores na educação, provavelmente, será propulsora de uma nova relação entre os professores e alunos, uma vez que a chegada desta tecnologia sugere ao professor um novo estilo de comportamento em sala de aula, talvez, até, independentemente da forma de utilização que ele faça deste recurso no seu trabalho (OLIVEIRA, 2001, p.92).

Oliveira (2001) coloca que, neste processo ocorrerão mudanças significativas na relação professor e aluno, que cabe ao professor direcionar e intermediar as suas aulas para instigar olhares críticos, consciente e participativo por parte dos alunos.

## **1.20 USO DA MÍDIA NO ENSINO RELIGIOSO**

As religiões há séculos utilizam-se das mídias, e não é de hoje que elas investem em tecnologia de comunicação como, por exemplo: o rádio e a televisão para divulgar a sua filosofia de vida. O que se observa atualmente é um aumento no investimento por parte das mais diversas religiões com o advento da internet. Com essa ferramenta a religião aproximar-se mais do cotidiano dos fiéis. Sendo que, mais especificamente as mídias sociais proporciona maior sociabilidade e compartilhamento de vivências e experiências religiosas, uma rede de comunidades de diferentes expressões religiosas.

Géssica Hellmann, pesquisadora de mídias sociais, nos diz que o sentido do uso das mídias sociais representou na nossa sociedade uma revolução na forma como as pessoas descobrem, leem e compartilham informações, notícias e conteúdos, através da combinação de textos, sons e imagens numa interação social em tempo real.

Neste contexto, as mídias no ensino religioso têm como objetivo contribuir para o processo de ensino aprendizagem, propondo a leitura crítica da realidade do aluno, contribuindo para a formação de cidadão consciente, finalidade impar do ensino religioso na escola. Buscando através das mídias superar a tradicional “aula” de religião com o intuito de doutrinação e vivenciar o respeito à diversidade. No dizer de Delors na UNESCO (1999): “Ensinando os jovens a adotar o ponto de vista de outros grupos étnicos ou religiosos se pode evitar aquela falta de compreensão que leva ao ódio e à violência entre os adultos”.

Para Silva et al. (2003), as maneiras insurgentes como as informações são usadas na internet apontam para uma nova forma de aprendizagem, focado na utilização de instrumentos específicos da dinâmica virtual. Essa nova forma de aprendizagem, calcada na recuperação, reinserção e dinamização das dimensões interativa e lúdica da informação, demanda a superação de formas tradicionais de aprendizagem.

Ressalta de T.BACHA (ib. pp. 13-4) a importância do ensino religioso pode se destacada sob três principais ângulos: pelo ângulo da formação (desenvolvimento de uma harmonia do ser humano consigo mesmo, com os outros, com a natureza, com o mundo e com o transcendente), pelo ângulo da prevenção e correção dos desvios da atitude religiosa (evitando fanatismo fundamentalistas e exclusivismos sectários), pelo ângulo do diálogo (desenvolvendo em grau máximo o respeito à alteridade).

Com a internet, os indivíduos passaram a se integrar em redes sociais, formada quase sempre por interesses próprios, construindo e desenvolvendo conhecimento a partir de experiências, interagindo com outras visões de mundo, passando de consumidor a produtor de informação.

Segundo Paulo Freire (1987), os homens aprendem em comunidade. Se as pessoas (de diferentes contextos culturais, visões de mundo e níveis cognitivos) estiverem conectadas, maiores as possibilidades de situações de aprendizagem.

Não podemos perder de vista o objeto do ensino religioso que é o fenômeno e ou fato religioso como se apresentam em seus símbolos, crenças, rituais, instituições, personalidades religiosas, fundadores, texto sagrado, conduta moral, visão de mundo. Partindo desse foco as mídias são vistas como um recurso fundamental para compreender a realidade social e cultural do aluno.

Lembra-nos Siemens (2004), aprender é conectar ideias, competências, pessoas e recursos para a resolução de problemas. As TIC conectam pessoas e recursos educacionais proporcionando uma mudança no centro de gravidade da escola: de centro de ensino para centro de aprendizagem.

Seguindo a teoria de Piaget conjuntamente com interacionismo de Vygostky – teoria de aprendizagem construtivista - para a elaboração do processo de comunicação, interação e de ensino e de aprendizagem, objetiva uma aprendizagem essencialmente ativa. O aluno aprende algo novo e incorpora a essa experiência toda a sua bagagem de experiências. Cada novo fato ou experiência é assimilado

numa rede viva de compreensão que já existe na mente desse aluno, que constrói assim a aprendizagem (Toledo, 2003).

Através do uso das mídias no ensino religioso pode se obter diferentes tipos de aprendizagem destaque para comunicação na qual se valoriza a liberdade de se expressa podendo apresentar suas ideias e diferentes posicionamentos. E a interação entre educador-educando, educando-educando, educador-educador e muitas outras possibilidades de interação. E uma das consequências desta liberdade de opinar proporcionada pelas mídias no ensino religioso é uma mudança de referencial, ou seja, de uma sociedade homogênea para a convivência do pluralismo sócio-cultural-religioso.

### **1.30 ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO**

O Ensino Religioso ao longo do tempo busca o seu espaço como disciplina, em consequência sofreu um vagaroso processo de alteração devido ao desenvolvimento do Estado, de sua auto-organização e, portanto, das preferências políticas, na história da formação do Brasil.

No decorrer dos períodos do Colonialismo e do Império brasileiro (Século XV) e consolidar-se como cristianização por delegação pontifícia, justificando o poder estabelecido. A educação foi implantada e ministrada sob o comando dos jesuítas, como já citado anteriormente. A grande característica desta fase é uma educação humanística, que se caracteriza por individualista, centrada nos valores propostos pelo Renascimento e favorecer a ideologia reinante, empregando métodos tradicionais. Através de acordo firmado entre Igreja Católica e a Monarca de Portugal o Ensino da Religião com objetivos de conquistar mais adeptos ao catolicismo e a difusão de sua cultura.

Com a expulsão dos jesuítas, em meados do século XXIII (1759), a educação passa por transformação, pois o Estado assume o que existe de educação nesta fase. A reforma pombalina implanta um modelo impregnado pelo racionalismo do iluminismo e a educação permanece de caráter elitista. O ensino da religião passa pela peneira da Inquisição, caracteriza-se como catequese dirigida aos índios, escravos e ao povo como todo, pois a elite brasileira era educada nas escolas da coroa (Portugal).

Esses encaminhamentos foram propostos no sínodo de 1707, na Bahia, em seguida assumida pelo episcopado nacional nesta fase, por meio das “constituições do Arcebispado da Bahia”, que manifesta logo nos primeiros tópicos grandes cuidados pela formação religiosa e cristã da população, inclusive dos escravos.

Enfatizando, que essas constituições, e sua edição de 1853, passam referir-se também ao ensino religioso nas escolas vigoraram desde sínodo diocesano do Brasil 1701 e durante todo o império, que vetavam aos leigos atrevessem a ser instrutores da religião, com penas pesadas como punição financeira, excomunhão. Anexo desta constituição na sua edição do século XIX (1853) o ensino religioso e na realidade uma espécie de adaptação das constituições do arcebispado a independência do país e a abolição da Inquisição.

O que se expandir é a evangelização, segundo o projeto da época, ou seja, a cristianização por delegação pontifícia, autoridade de Roma, como justificativa do poder estabelecido, em decorrência do regime de padroado. Projeto religioso da educação não conflita com projeto político dos reis e da aristocracia; é a fase sob o motivo religioso.

O ensino religioso neste tempo é o ensino da religião católica, como evangelização dos gentios e catequese dos negros, através de um acordo entre a igreja católica e o rei de Portugal.

No entanto, no decorrer do Império nasce ideia do respeito à diversidade da população. Em projeto relativo à Constituição, Rui Barbosa propunha em seu artigo primeiro, terceiro parágrafo, que nas escolas mantidas pelo Estado não deveria ser imposta uma crença.

A partir da Proclamação da República em 15 de Novembro de 1889, as chamadas tendências secularizantes existentes no Império foram assumidas pelo novo regime, organizado a partir do ideário positivista, que no campo da educação, é responsável pela defesa da escola leiga, gratuita, pública e obrigatória, rejeitando portanto a ideologia católica que exercia o monopólio do ensino de caráter elitista (FIGUEIREDO, 1995, P.45-46).

Benjamin Constant, sob a influência de Comte, empreendeu a reforma de 1890, quando Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos.

Observa-se desde a Primeira República, confrontos entre a Igreja e o Estado. Na Constituição de 1891, o Artigo 72, parágrafo sexto, traz a disposição de que o ensino ministrado nos estabelecimentos de ensino público seria leigo, causando grande alarme, tanto que nos anos seguintes o Episcopado toma posição de defesa

em relação ao ensino da religião como defesa da liberdade religiosa, da liberdade de consciência.

A Constituição de 1934, no Artigo 154, admite Ensino Religioso, mas de caráter facultativo, ministrado de acordo com princípios da confissão religiosa do aluno, sendo manifestada pelos pais e ou responsáveis, constituindo matéria do currículo nas escolas públicas. Passa a existir grandes debates, retomando a questão da liberdade religiosa, a pressão da Igreja e tantos outros interesses.

Há um empenho de renovação da prática pedagógica em relação a essa disciplina na escola. Por volta de 1965, já se conjecturava uma crise, da qual se tomava conhecimento aos poucos e que podia se anunciar assim: O Ensino Religioso perdeu seu papel catequético. O aparecimento do pluralismo religioso é citado de forma significativa; não é mais ajustado abranger um corpo no currículo que doutrine que não conduza a uma visão ampla do ser humano.

Foi de significativa importância no procedimento da revisão constitucional nos anos oitenta, a busca de identidade e redefinição do papel do Ensino Religioso na escola, conjugada com a discursão de sua manutenção em termos de legislação, quando da constituinte, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, foi organizado um movimento nacional para garantir o Ensino Religioso. Emenda constitucional para Ensino Religioso foi a segunda maior emenda popular que deu entrada na Assembleia Constitucional, pois obteve 78.000 assinaturas. Ao longo desse processo buscou-se a elaboração de uma nova compreensão do Ensino Religioso, que fosse diferente da perspectiva da catequese.

A procura desta proposta pode encontrar um elemento do substitutivo do Deputado Jorge Hage, para emenda da Lei de Diretrizes e Bases, que considera a educação hoje, caracteriza por um pluralismo de ideias pedagógicas, e fator essencial que garante ao Estado democrático de direitos a construção de uma sociedade justa, livre e democrática. Nas instituições sociais, mais especificamente na escola, e que o educando experimenta e vivencia valores que o orientaram para a vida, sistematiza o conhecimento científico e se capacita para a participação como cidadão, no trabalho, na política, na cultura, na religião e no lazer.

Neste sentido, cabe ao Estado, por delegação da sociedade, preocupar-se com a educação de todas as dimensões do ser humano, garantindo respeito ao pluralismo de ideia e as condições para educação da dimensão religiosa dos cidadãos. A escola se torna o lugar onde cultivam nas pessoas as razões íntimas e

transcendentais, por serem estas fontes de cultura e força propulsora para o ser humano assumir seu engajamento na história, e para fortalecer o caráter do cidadão; também se torna o lugar para desenvolver seu espírito da participação em todas as atividades sociais e oferecer critérios na busca de um mundo mais humano, justo e solidário, que se concretiza no pleno exercício da consciência da cidadania e participação política.

O primeiro projeto, o de Nº 2.997-97, de autoria do deputado Mauricio Requião (PMDB-PR), indicar alterações significativas na redação do Artigo 33 da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação). Ansiava que o Ensino Religioso fosse parte integrante da formação básica do cidadão, sendo que vedava qualquer forma de doutrinação ou proselitismo. Dizia que os conteúdos necessitavam respeitar a diversidade cultural brasileira, deveriam ser definidos segundo parâmetros curriculares nacionais, comuns de acordo com as diversas denominações religiosas ou entidades que representam.

Por fim, o projeto de Lei Nº. 3.043-97, de autoria do poder executivo, entrou na Câmara dos deputados em regime de urgência constitucional nos termos do Art. 64, inciso nº1 da Constituição Federal. Sugeriram que o Ensino Religioso adota-se modalidade de caráter ecumênico, de acesso a conhecimentos que promovam a educação de senso religioso, de respeito às diferentes culturas e vedadas quaisquer formas de proselitismo. Remetia a definição de procedimentos e conteúdos, bem como as formas de treinamento, recrutamento e remuneração dos professores para competência de cada sistema de ensino, admitindo parceria total ou parcial, para este fim, com entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas.

Os três projetos demonstram importantes convergências, adotam o princípio de que o Ensino Religioso é parte integrante essencial da formação do ser humano, como pessoa e cidadão. Estando o Estado obrigado a promovê-lo, não só pela previsão de espaço e tempo na grade horária curricular da Educação Básica Pública, mas também pelo seu custeio, quando se revestir de caráter doutrinário ou proselitista, possibilitando aos educandos o acesso à compreensão do fenômeno religioso, e ao conhecimento de suas manifestações nas diferentes denominações religiosas.

Evidentemente, a polêmica levantada no período da elaboração da nova Constituição brasileira (1988) e, sobretudo, no processo de redação na Lei de Diretrizes e Bases, foi positivamente significativa no intuito de organizar uma

estrutura para esta disciplina, sendo que, apesar de toda a mobilização, quando a Lei de Diretrizes e Bases foi aprovada, sua versão explicitava um tratamento diferenciado em relação às demais disciplinas do currículo, pois foi incluído sem ônus para os cofres públicos, rejeitava qualquer possibilidade de uma compreensão pedagógica, pois estava sendo explicitada uma postura de catequização e não uma disciplina escolar. A LDB foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, Lei Nº. 9.394.

Sem ônus para os cofres públicos provocou e ampliou novos estudos sobre a identidade do Ensino Religioso. Avigorou, ainda, a necessidade de serem salvaguardados os princípios da liberdade religiosa e do direito do cidadão que frequenta a escola pública. Incluindo assim, que nenhum cidadão seja discriminado por motivo de crença; em ter assegurado uma educação integral, incluindo o desenvolvimento de todas as dimensões do seu ser, inclusive religioso, independente de concepção religiosa ou filosófica de qualquer natureza.

A fundamental motivação destas novas discussões foi a tradicional argumentação republicana da separação do Estado e Igreja, no termos do Decreto Nº. 119 A, de janeiro de 1890, revisto e incluído em 1988, nos termos do Artigo 19 da Constituição em vigor.

Art.19- É vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

Estabelecer cultos religiosos ou igreja subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Recusar fé aos documentos públicos;

Criar distinção entre brasileiros ou preferência entre si (BRASIL, 1988).

Coube ao deputado Roque Zimmermann (PT-PR), membra da comissão de Educação-Cultura e Desporto, perante este quadro, apresentar um substitutivo, que procurava considerar uma síntese, nascida de longos debates e reflexões, aprovados no Plenário da Câmara dos Deputados, em sessão realizada no dia 17 de Junho de 1997, com quase unanimidade, Da mesma maneira, foi aprovado no Senado da República o novo texto legislativo sobre o Ensino Religioso, sem emendas, no dia 9 de Julho do mesmo ano. A nova redação faz a seguinte alteração no artigo referente ao Ensino Religioso:

Art.33- O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas

públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

I – Os sistemas de ensino regulamentaram os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

II- Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (BRASIL, 1997).

Na realidade, esta alteração de legislação foi consequência de um expressivo movimento promovido pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. Instalado no dia 26 de setembro de 1995, em Florianópolis (SC), por ocasião de celebração dos vinte anos do CIER (conselho de igrejas para educação religiosa), como espaço pedagógico situado no atendimento de direito ao educando, ter garantido a educação de sua busca no atendimento ao direito do educando, ter garantido a educação de sua busca do Transcendente, e ainda lugar aberto para refletir e propor encaminhamentos pertinentes ao Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer costume (cultura).

#### **1.4 POR QUE UTILIZAR A MULTIMÍDIA NO ENSINO RELIGIOSO**

As pessoas têm acesso às informações praticamente no momento que ocorre. Fatos que acontecem em outra parte do mundo chegam praticamente em tempo real, via internet, televisão, rádio, dentre outros, o que deve ser utilizado como mais um meio que possibilita a interação do aluno com a realidade na qual está inserido, o que requer a introdução dos recursos multimídias no ambiente de aprendizagem.

O ensino religioso é visto como disciplina de segunda categoria, ou seja, não é valorizada pela direção da escola, dos próprios professores, pois não é uma disciplina que reprova.

Atualmente, percebe-se que a tecnologia tem demonstrado grandes avanços, e despertar novos métodos para que os alunos se interessem e se motivem pela mesma para a sua aprendizagem, são desafios constantes na área educacional. Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a

própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada. “Não se pode mais conceber a pesquisa científica sem uma aparelhagem complexa que redistribui as antigas divisões entre experiência e teoria”. (LEVY, 1993, p.7).

Ressalta-se a importância do uso correto da tecnologia multimídia por meio da junção de alguns dos seus recursos de um modo que não estimule apenas a visão, mas também que estimule a audição, ou seja, multissensorial pode tornar a aprendizagem mais estimulante, interessante e relevante para os alunos.

Contudo, os benefícios da tecnologia multimídia para a aprendizagem pode ser inteiramente prejudicial ao processo de aprendizagem se o educador não se fizer presente como mediador do processo.

“... o professor que trabalha na educação com a informática há que desenvolver na relação aluno-computador uma mediação pedagógica que se explicita em atitudes que intervenham para promover o pensamento do aluno, implementar seus projetos, compartilhar problemas sem apresentar soluções, ajudando assim o aprendiz a entender, analisar, testar e corrigir erros”.(Masetto, M., p. 171, 2000).

Para alcançar os objetivos propostos no planejamento a interação aluno-professor e aluno-aluno tem um papel relevante não só no processo de aprendizagem, mas principalmente no estímulo a busca pelo conhecimento, visando à autoria e articulando a realidade local com os acontecimentos do mundo.

#### **1.4 OS BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ENSINO RELIGIOSO**

Por que usar a multimídia na educação? Que benefício à aprendizagem terá com o uso desta tecnologia? Essas são algumas perguntas que ouvimos quando se trata deste assunto. A resposta é muito simples. Está cada vez mais claro que o professor que adota procedimentos do método tradicional (sem relação do conteúdo com a vida do aluno) no Ensino Religioso em suas aulas está cada vez mais deslocado da concepção moderna de educação, pois é necessário que o conteúdo tenha sentido para o educando.

O papel da escola e do professor é buscar dar sentido aos conteúdos trabalhados, dotando-os de ressignificações. Neste caso, os recursos multimídia corroboram para um sentido maior às atividades educacionais. O computador é uma excelente ferramenta para se explorar, onde ele passa informação para o aluno, juntamente com professor auxiliando e mediando, normalmente com exercícios de prática e jogos (VALENTE, 1993).

Conforme a citação de Chaves supracitada, desde sempre, os educadores buscam referenciais e estratégias para fazer sua aula mais significativa. Podemos dizer que o computador que vem sendo cada vez mais utilizado entre as pessoas, pode contribuir de forma relevante na educação, permitindo que as ações do processo de ensino e aprendizagem tornem-se mais palpáveis àqueles que fazem uso deste recurso. E de acordo com Valente é importante que o professor tenha clareza, sabendo identificar alguns sites que poderão ser utilizados e qual vai ser o papel do computador neste contexto. Desse modo, é importante que chegada das novas mídias nas práticas educativas permita o exercício do olhar crítico dos alunos.

De acordo com sociólogo Octavio Ianni em seu livro O príncipe eletrônico nos diz, que o papel que a televisão desempenha, no mundo atual, não apenas como formadora de opinião ou veículo de comunicação, mas muito mais do que isso, como uma espécie de entidade que tem uma presença fundamental e uma força enorme na definição dos caminhos do mundo.

O autor citado considera o que é conclamado nos veículos de comunicação, como uma força invisível e avassaladoramente poderosa (ainda que de caráter condenável e desumano). São conjunturas impostas pela mídia-televisão, que criam uma situação de confusão, diante da falta de alternativas e de distribuição de responsabilidades, onde as mais diversas situações desencadeiam sentimentos de indignação e de revolta no meio social. Em relação a esta perspectiva capitalista, as ideias deste trabalho estão de acordo e defendem com convicção, que os profissionais envolvidos na docência de Ensino Religioso, devem ter um maior comprometimento social, de maneira que não fiquem inertes diante da situação vivida pela humanidade nestes últimos tempos. Haja vista que o objeto de trabalho envolve o entendimento da realidade do mundo e dos indivíduos, bem como os próprios ideais de cidadania e democracia.

Afinal acredita-se não ser possível pensar, por exemplo, em um Ensino Religioso, distanciando-o do efetivo processo de formação do cidadão crítico e autônomo. Partindo de uma análise do referido processo, sob um olhar religioso, com a pretensão de discutir a funcionalidade do ensino religioso na atualidade,

frente à globalização, de modo a aprender (sem determinar) perspectivas que possam colaborar para a construção de um melhor entendimento a respeito das mudanças necessárias.

Para motivar o uso adequado das mídias, é importante uma análise qualitativa no grupo de alunos, na realização de atividades com os recursos disponíveis na escola e em casa, como um novo processo de pesquisa e de construção do conhecimento.

Com isso o professor pode refletir sobre o uso das mesmas e suas metodologias de trabalho, que possibilitem o desenvolvimento de competências como: levantamento, seleção e organização de informações. O estudo do Ensino Religioso é pautado na interdisciplinaridade e na visão do ensino Inter-religioso baseado no respeito à opinião do aluno. Daí a importância de valorizar e promover a produção do conhecimento, a partir dos conteúdos específicos, utilizando as mídias (televisão/vídeo, computador/internet, rádio, jornais e revistas) como ilustração e recursos de aprendizagem. Além do que, os novos softwares e programas difundidos na rede mundial, podem proporcionar um nível maior de interação e cooperação, entre alunos, professores, comunidade local e global, criando um ambiente que amplia as fontes de informação.

De acordo com Mesquita (2002), o espaço escolar deixa de ser simplesmente um espaço físico, este se transforma em comunidade educativa, aberto definitivamente ao mundo; a escola está relacionada com o exterior e expressa uma vontade coletiva. O conhecimento tem como principal característica a permanente atualização, apoiada pelo software educativo, ensino à distância e os ambientes virtuais de apoio.

Portanto, os recursos tecnológicos proporcionam um ambiente atrativo e motivador ao se integrar a um projeto pedagógico. Atualmente, é preciso formar indivíduos mais globalizados e críticos que tenham capacidade de interagir no meio em que vivem.

Para tanto se faz necessário iniciar uma nova perspectiva na escola, com perspectiva cultural e formulação de questões que os levem a questionamentos sobre o que fazer e pensar, e que transcenda os conhecimentos sistematizados, no sentido de romper com a linearidade da aprendizagem.

Por esses motivos, faz-se necessário a integração entre os meios de comunicação, informação, e a educação formal. Isto quer dizer que, saber utilizar as

mídias, adequadamente, na disciplina de Ensino Religioso, pode ser uma forma de tornar os alunos leitores e produtores do mundo em que vivem, rompendo com os paradigmas tradicionais do campo educacional nesta sociedade denominada “sociedade da informação”, que exige indivíduos com competências e novas habilidades. É imprescindível inovar no que se refere ao processo ensino e aprendizagem, uma vez que o modelo tradicional de escola não é mais suficientemente compatível ao que é exigido pela sociedade vigente.

## **2. O USO DAS MÍDIAS NO ENSINO RELIGIOSO: UMA LEITURA DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA MARXISTA**

Apesar de que o tema Educação não tenha um lugar de destaque nas obras de Karl Marx, entretanto, essa temática esteve presente em alguns textos de Marx, juntamente com Engels, partiram da perspectiva das relações sócio econômicas, mais especificamente o mundo do trabalho, na qual o fenômeno educacional tem como uma das suas funções por ser promovida pelo Estado capitalista em permanecer ou aprofundar a estrutura ideológica da classe dominante. Neste sentido, a educação cumprir as necessidades do capital e sua divisão do trabalho. Na sequência, nosso propósito é pontuar algumas das questões que, em nosso entender, chamam a atenção para a leitura da utilização das mídias no Ensino Religioso numa perspectiva marxista.

Historicamente há três concepções a cerca do papel da educação escolar em nossa sociedade. A primeira baseada no otimismo pedagógico sustenta ideia de ser escola a redentora da humanidade, a responsável pelas transformações sociais. A segunda considera a escola um instrumento de reprodução das desigualdades sociais, tendo como única função inculcar a ideologia dominante.

Ao final da década de 70, surgiu a partir dessas duas visões fragmentadas da educação, a concepção de ser a escola, um local de conflitos e contradições, e que apesar de refletir o modelo da sociedade vigente baseada na exploração e acumulação de capital, pode ainda, gerar uma contra ideologia, sendo um espaço de resistência e luta contribuindo para a construção de relações sociais mais igualitárias.

Nessa perspectiva, as mídias e a religião, são aliadas para camuflar conhecimento da realidade, mascarando ideologia burguesa, desenvolvendo uma prática alienante.

Hoje, o papel das mídias na educação, vai além da ingenuidade, de salvadora da Educação pública, ou como reprodução necessária da sociedade dominante.

As mídias nas escolas públicas confirmam as desigualdades mais do que as institui e estas desigualdades estão estritamente relacionadas com a propriedade privada dos meios de produção.

Nesse sentido, a utilização das mídias no ensino religioso assume papel inovador, na medida em que rejeitam os conhecimentos transmitidos, os valores da classe dominante, adquirido caráter crítico.

A função das mídias no ensino religioso nesta perspectiva está, portanto, em formar indivíduos críticos, criativos e participativos na vida social de maneira que se tornem sujeitos do processo de construção de uma sociedade mais justa. Deve prepara o indivíduo para a inserção no mundo e na vida política, no sentido de cidadania visando sua participação no processo decisório na direção da sociedade. “Hoje preparar culturalmente os indivíduos significa possibilitar-lhe a compreensão da visão de mundo presente na sociedade, para que possam agir-aderindo, transformando e participando da mudança dessa sociedade”. (RODRIGUES, 1986, p. 58).

É necessário que o homem domine os instrumentos de cultura, para assegurar a compreensão do momento histórico vivenciado e de se comprometer politicamente com a sociedade.

Na realidade, em nossa sociedade classicista, a utilização das mídias na educação vem assumindo papéis diferenciados. Para a burguesia, o papel das mídias é fortalecer a manutenção do status quo, que seja, no sentido ideológico, que seja, no sentido econômico.

Na visão das classes populares, a presença das mídias na educação é considerada como instrumento capaz de promover a ascensão e diminuição das desigualdades sociais. Essa diferença da função da tecnologia gera na escola um clima de luta e conflitos de classe, condicionados pelo processo mais geral de lutas de classes.

Entende-se que a utilização da tecnologia na educação por si só não propiciará a diminuição das diferenças sociais. A problemática das desigualdades deve ser analisada na sua origem, ou seja, na posse dos meios de produção.

Nesse sentido, o uso das mídias deve propiciar a politização das camadas populares, contextualizadas na sociedade.

A constituição federal brasileira afirma em seu artigo 205:

A educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovido e incentivado com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No entanto, a educação vem sendo transformada em um ambiente livre para beneficiamento de uma minoria de privilegiados. O ensino público já se tornou uma calamidade pública, prejudicando alunos e professores, pois falta estrutura mínima para utilizar os ambientes multimídias e em muitas escolas esses ambientes não existe.

Desse modo, educandos progressistas têm se mobilizado na luta em prol da valorização da escola pública, para que esta possa cumprir com sua função sócio-política no sentido de formação de cidadania.

A utilização das mídias no ensino religioso deverá estar comprometida e engajada no processo de luta de classe, adquirindo um caráter transformador e popular.

O uso das mídias na educação, portanto, não pode ser mera reprodutora das contradições sociais, mais deve servir a toda à população trabalhadora brasileira.

Há, no entanto, um descaso total do poder público em relação ao ensino religioso, demonstrado pelas precárias condições de trabalho, falta de material didático, professores desmotivados, obrigados a realizar uma prática pedagógica inconsciente.

A má qualidade do ensino resulta coerente com uma proposta de educação que objetiva a dominação autoritária que tal proposta introduz em todos os níveis do sistema escolar e constante manipulação das informações para legitimação da sociedade de classe (DAMASCENO, 1988, p.115).

Certamente há a urgência de reformulação do conceito de ensino religioso e mídia por parte do educador e educando para que a escola possa contribuir no processo de transformação social. Precisamos compreender a utilização das mídias como um ato de construção, pela práxis, de uma nova relação social baseada na leitura crítica e na autoria.

Para isso, utilizamos o pensamento de Karl Marx, já citado anteriormente, que passa a assumir uma posição muito importante nessa polêmica, sua contribuição ao desenvolvimento da questão da leitura da realidade, na qual afirma que a consciência humana é sempre social e histórica, isto é determinado pelas condições concretas de nossa existência. Este ponto imbuído de conotação metodológica e ideológica, através, sobretudo da “introdução crítica da economia política”, bem como em “o capital”. No famoso capítulo referente à lei geral da acumulação capitalista.

A primeira obra, escrita em 1858, e a segunda, em 1867, representam uma visão mais amadurecida de um autor que se propõem a analisar as grandes transformações por que passava a humanidade, numa época em que as três revoluções que marcaram significativamente o contexto político, econômico e demográfico havia se processado na Europa e cujos reflexos foram estendidos a todo o mundo civilizado.

Com “introdução a crítica da economia política” Marx deixa bem delineada a sua maneira de interpretar a questão do funcionamento da sociedade do ponto de vista do modelo metodológico utilizado. Começa por se posicionar pelo método científico utilizado pela economia política.

Parece que o melhor método seria pelo real e o concreto, que são as condições prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta percebemos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc... Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, preços, etc... O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o preço, etc... Não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do mundo todo, através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstração cada vez mais delicadas até atingirmos a determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo á população, que não seria desta vez, a representação caótica de um todo, mais uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas... Este segundo, método é evidentemente o método científico correto... O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade de diversidade.

É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente, o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu à plenitude da representação a uma determinação abstrata; conduzem a reprodução do concreto pala vida do pensamento (MARX, 1977, p.218-219).

Está é sem dúvida alguma, a passagem mais significativa da obra de Marx, no que se refere a sua metodologia científica de percepção da realidade social; quando destaque que o concreto por ser síntese de múltiplas determinações. Não se terá condições de compreender a realidade social tentando começar a entendê-lo por si, longe das engrenagens dos movimentos sociais, como a produção e as classes sociais de onde se arrumam. A reprodução do concreto se da via do pensamento.

## **2.1 A RELAÇÃO DAS MÍDIAS NA DIVISÃO SOCIAL**

Não se pode negar o acelerado desenvolvimento tecnológico mudou as relações sociais em nível mundial nas ultimas décadas, proporcionando agilidade de informação e comunicação, dando ênfase ao atual capitalismo globalizado. Fazer referência ao sistema dominante no mundo é um alerta para entender que o desenvolvimento tecnológico está correlacionado às desigualdades culturais e econômicas da sociedade como um todo. Daí a importância de juntar tecnologia, professores e alunos, ensino público e a visão crítica da realidade.

Hoje as mídias como parte integrante do sistema educativo, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, elas mesmas constituídas e constituintes destas relações apresentam se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se segundo Gaudêncio Frigotto na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais plenamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe.

Numa perspectiva histórica de análise, Marx e Engels, e a escola marxista, de um modo geral concebem a realidade social como uma estrutura, uma totalidade de relações onde em sua unidade diversa, os conjuntos de relações sociais e econômicas, por serem imperativas na produção da vida material dos seres humanos, constituem-se na base a partir da qual se estrutura e se condiciona a vida social no seu conjunto. Como, em diferentes momentos, estes autores insistem, o caráter fundamental das relações sociais de produção não conferem às mesmas a definição única e isolada das demais determinações. “As relações econômicas são, antes de tudo, relações sociais e, enquanto tais engendram todas as demais. O ser

humano que atua na reprodução de sua vida material o faz enquanto uma totalidade psicofísica, cultural, política, ideológica e etc.” (FRIGOTTO, 2000, p.30).

Neste trabalho, elegemos como foco principal de preocupação das questões que buscam apreender a função social das mídias no Ensino Religioso na produção e reprodução das relações sociais.

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais atividade produtiva não poderia ser realizada, complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela reprodução da estrutura de valores dentro dais quais os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de reprodução capitalista não se perpetuam automaticamente (MÉSZÁROS *apud* FRIGOTTO, 2000, p.26).

Neste sentido, a utilização das mídias está articulada na perspectiva de leitura da realidade, com espaço da luta de classe, de desigualdades sociais. Sendo que, a tecnologia na escola tem um papel social por uma educação voltada para a Democracia.

A educação é, antes de tudo, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de saber social (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão de realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais (GRZYBOWSKI, *Apud*, FRIGOTTO, 2000, p-26).

Os obstáculos a uma educação democrática estão na constatação em que a sociedade está dividida em classes sociais “antagônicas”.

Daí a pobreza dos componentes da grande massa que, a despeito de um trabalho ininterrupto, devem sempre pagar como sacrifício de sua própria pessoa, e, por outro lado, a riqueza de um pequeno número que, sem mover um dedo, recolhe todos os frutos e benefícios do trabalho alheio (MARX, 1989, p.12).

Neste sentido, a sociedade capitalista está imensa em conflito de interesses é posto pela exploração de uma classe social por outra, mesmo que a ideologia afirme que todos são livres e iguais. Sendo que, as mídias e a educação como reflexo dessa sociedade produzem e reproduzem o antagonismo social.

Tornar-se visível que a educação, principalmente a educação pública longe de servir á equalização de oportunidades ou de democratização de competências para a vida social e política, limitar-se ao estreito círculo dos interesses dos grupos que controlam os meios de produção, transformando-a em poderoso instrumento de

diferenciação e de legitimação das diferenças. Não é de sua natureza a produção dessa diferenciação, mas ela é usada para sua perpetuação. Citem-se, como exemplo, a Grécia e Roma da Antiguidade, onde a educação escolar é fruto de intelectuais independentes, que organizam círculos de cultura, ciência, filosofia, moral, vinculados organicamente às suas convicções políticas – e a Idade Média e os tempos modernos, quando a educação escolar é assumida pela igreja como instrumento poderoso na formação do cristão e do pregador, do pedagogo e do intelectual comprometido com a verdade cristã. Sua função, com pequenas diferenciações, é a de reproduzir e conservar valores sociais e culturais da classe dominante.

Transformação significativa ocorre no mundo ocidental com o advento hegemônico da sociedade burguesa, a partir do final século XVIII, e com o desenvolvimento industrial capitalista ocorrido nos séculos XIX e XX. Altera-se de modo radical essa primeira composição da escola e as suas funções vão se modificando radicalmente. Podemos mesmo dizer que a escola e as suas funções vão se modificando radicalmente. Vale dizer que a escola termina de nascer no século XVIII, ao se tomar uma exigência universal da vida social e econômica, e não mais apenas da vida cultural e política. Sua necessidade é agora imperativa, e ninguém a ela se subtrai impunemente, pois a complexidade da vida, e o advento da nova ordem social ampliam o leque das carências na manutenção dessa mesma sociedade. Esta complexidade se manifesta na forma de produção de bens materiais e da vida urbana, nas formas de organização de direção política e de acesso às especializações de trabalho. Já o início da revolução industrial e com o advento da sociedade burguesa moderna, portanto, a educação fundamental era vista como condição de ajustamento do homem às exigências da vida moderna, o desenvolvimento das relações internacionais etc. Impulsionaram estas exigências mínimas para muito além do que o indivíduo pode obter com um curso fundamental na escola atual.

Hoje, para que o indivíduo possa adquirir os requisitos mínimos de exercício da cidadania moderna, em sua vida social, familiar, política, cultural e profissional, precisa receber uma ampla formação que dificilmente se gostaria em nível situado aquém dos cursos universitários. E, ser tal necessidade é posto pela complexidade da vida social. Logo, cabe à sociedade oferecer educação integral em todos os níveis para todos os seus membros. Deixara merecer da sorte ou dos privilégios das

camadas mais bem situadas na vida financeira á tarefa de oferecer a população os instrumentos para uma vida plena na sociedade, significa reproduzir até a exaustão as injustiças sócias, excluído de atenção à maioria.

Para Marx, o cerne da história, é a existência de seres humanos reais que vivem em sociedade e estabelecem relações. Segundo ele a essência do homem é o conjunto das relações sociais. Assim, a corporeidade natural é uma condição necessária, mas não suficiente. A humanização do ser biológico e específico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade Gadotti (1984, p.34) nos lembra de que, para Marx, o homem não é algo dado, acabado. Ele é processo, ou seja, torna-se homem e, isto, a partir de suas condições básicas: (a) produz-se a si mesmo e, ao fazê-lo, se determina como um ser em transformação, como ser da práxis; b) esta realização só pode ter lugar na história.

O que distingue o ser humano dos outros animais, conforme Marx é o fato dele, num dado momento da história, começar a produzir seus próprios meios de existência. O que o ser humano é coincide com “o que” e “como” ele produz. Ao contrário de Hegel, para quem a consciência determina a vida concreta, real; em Marx é a vida concreta e real que determina a consciência. Assim, “o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX & ENGELS, 1999, p.28).

Nessa perspectiva, para compreender o fenômeno educativo, deve-se compreender o processo produtivo, na qual os seres humanos produzem a sua existência: o mundo do trabalho e as relações sociais presente. Sendo necessário recorrer à divisão do trabalho, o que permite considerar o nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade. Assim, podemos tomar como exemplo a divisão entre campo e cidade, entre trabalho comercial e industrial. A divisão do trabalho conduz a diferentes interesses opostos.

O advento da propriedade privada provocou uma mudança decisiva na divisão do trabalho. A partir da divisão do trabalho em trabalho manual e trabalho intelectual surgem outras dicotomias: o individual versus o coletivo, o público versus o privado.

Marx e Engels apontam as consequências desta divisão:

(...) com a divisão do trabalho fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e material – a fruição e o trabalho, e o consumo – caíam a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não entrarem estes elementos em contradição reside unicamente no fato de que divisão do trabalho seja novamente superada (Marx e Engels, 1999, p. 46).

Aquele caráter edificante, socializante e humanizante do trabalho, onde o indivíduo constrói-se na inter-relação com os demais indivíduos, desfaz-se sob a economia capitalista, por ser humano passa a representar uma força de trabalho que é vendida aos proprietários dos meios de produção como aparente garantia de sua sobrevivência. A vida torna-se, assim, um simples meio da vida. Como consequência disso tem-se aquilo que Marx denominou de alienação, isto é, o trabalho que o ser humano realiza produz objetos que não lhe pertencem e, e, além disso, volta-se contra como estranhos. A diferença entre o que ele produz e o que ele é na vida cotidiana aumentam cada vez mais. O trabalhador torna-se cada vez mais alheio ao trabalho. Quanto mais o trabalhador produz, mais ele nega-se a si mesmo, mais se arruína física e espiritualmente.

A propriedade privada, portanto, constitui a base de todo o processo de alienação. O conceito de alienação mostra concretamente o que impede o desenvolvimento do ser humano e como se podem ultrapassar tais impedimentos. Nos manuscritos econômico-filosófico, Marx afirma que a superação da propriedade privada significa a emancipação plena de todos os sentidos e qualidades humanas.

Fica evidenciada a gravidade da situação da classe operária que ficam sempre a mercê de interesses do processo produtivo capitalista, segundo o entendimento metodológico da concepção de Marx:

Mas se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, e mesmo condição da existência do modo de produção capitalista, ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluto como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro crescimento populacional (MARX, 1980, p. 733).

Como tal, surgem grandes parcelas da população que ficam á margem desse processo de produção social-econômica – é o exército industrial de reserva -, constituindo-se em fonte de fornecimento de força de trabalho em condições favoráveis para mecanismo de sua absorção.

A população excedente, chamada por Marx de “superpopulação relativa”, é relativa aos interesses do sistema que a faz se tornar excedente. Não se deve levar em consideração o incremento absoluto do contingente populacional, não se chega a compreender como se encontra engajada no sistema econômico, sendo que, as

mídias e a educação no decorrer da história sempre fizeram parte desse processo de reprodução de uma massa de excluídos.

Marx procura destacar ainda o caso socioeconômico do exército de reserva no modo de produção da população operária.

Marx enfatiza que “a suprema beleza da produção capitalista consiste em que não só ela produz constantemente o assalariado, mas que, proporcionalmente á acumulação, faz sempre nascer assalariados supra numéricos” (MARX *apud* GAUDEMAR, 1977, p. 284).

Desta forma apreende-se que é o capital que regula e controla os níveis de sua exploração tanto à produção da força de trabalho quanto à das massas humanas exploradas.

O método utilizado por Marx procura tratar as relações sociais antagônicas através de um caminho crítico e analítico da sua configuração como classe social, com sua participação definida pela posição a que está sujeita pela normalização do capital. E também através de sua posição ideológica, ao defender o fato de que os trabalhadores não podem ser responsabilizados pela oferta, cada vez maior, da força de trabalho, pois, independentemente do crescimento absoluto da população, o capital produziria em doses, cada vez mais fortes, o excedente populacional.

A sobre população operária é dita relativa porque provém não de crescimento positivo da população operária que ultrapassaria os limites da riqueza em vias de acumulação, mas, pelo contrário, de um crescimento acelerado do capital social que lhe permite dispensar uma parte mais ou menos considerável dos seus operários (MARX *apud* GAUDEMAR, 1997, p. 284).

O que se observa hoje é que a colocação sobre exército industrial de reserva de Marx tem muito sentido nas sociedades capitalista, pelo avanço tecnológico, que leva a uma intensificação mais aguda do processo de divisão social do trabalho, além do aumento da produtividade que favorece o processo de divisão social do trabalho, o processo de exploração da mais valia relativa, aumentando sobremaneira a quantidade daqueles que passam a constituir a superpopulação relativa (força de trabalho à margem do sistema capitalista).

Nesse sentido, a sociedade moderna, os homens se distinguem em duas categorias frente à posse sistemática e organizada do conhecimento: os que sabem e os que não sabem. Na medida em que os primeiros são os que podem dizer e agir, tomar decisões e interferir, dirigir e opinar sobre a totalidade da vida social, nos

campos da cultura, trabalho, da vida política, da ordem jurídica, o saber se converte em instrumentos do poder, e divisão social. Ele não cria o poder, mas libera os canais para o seu plano exercício, preparando os indivíduos para manejá-lo com mais eficiência e competência. É, no entanto, importante observar que os detentores da tecnologia criam ao mesmo tempo os instrumentos para o exercício do poder e os impedimentos para cercear o arbítrio (dando condições para a criação do exército industrial de reserva). Isto significa que aqueles que detêm o controle das mídias principalmente as de massas são capazes de impedir que os outros se apossam de tais instrumentos e de manipular o que eles devem saber o que podem saber. Dessa forma, as mídias não apenas produz o que os donos do saber julgam necessário para eles conhecerem, mas também o que a maioria deve ignorar.

Segundo Marilena Chauí, a educação acaba por legítima o exercício do poder nas várias instâncias da sociedade pelo que eles ignoram.

Essa forma de organização da divisão social do trabalho propagar separa a sociedade. No comércio, na agricultura, nas escolas, nos hospitais, nas universidades, nos serviços públicos, nas artes, todos separados entre “competentes” que sabem e “incompetentes” que executam. Entre outras palavras, a posse de certos conhecimentos específicos tornou-se um poder para mandar e decidir (CHAUL, 1997.p 434-435).

Por isso, os indivíduos são estigmatizados com marcas do treino cultural que distinguimos que não frequentaram e os que frequentaram a escola, diferenciando também os níveis de educação desses últimos. “Identificando e rotulando como “alfabeto”, ou ‘de escolaridade rudimentar”, ou “com competente”, “político de alto nível”, etc. O indivíduo pode exercer tranquilamente funções diferenciadas na sociedade, em nome de e por causa de seu acesso as tecnologias.

Neste sentido, observa-se na sociedade capitalista, são imensos os obstáculos à democracia, pois o conflito de interesses e imposto pela exploração de uma classe social por outra.

## **2.2- EDUCAÇÃO X ALIENAÇÃO**

Até século XIX, as escolas além de passarem um saber extremamente elitista, estavam praticamente atreladas às instituições religiosas. E durante séculos, saber ler, escrever e contar constitui privilégios das classes dominantes, porque têm o poder e o desejam conservar. Com o surgimento das ideias iluministas,

assentadas na crença do poder da razão humana, defendem-se a ampliação da forma cultural para todos como forma capaz de transformar o homem e, conseqüentemente a sociedade.

A razão humana é enaltecida, e depois de 1948 com a declaração universal dos direitos humanos, a escola pública passa a ser defendida como meio capaz de difundir os conhecimentos necessários à formação de todos os cidadãos.

A transformação de súditos em cidadãos, fundamental para ruptura do modo de produção feudal e a implantação do modo de produção capitalista. Só pode ser alcançada através da educação. É nesse contexto que a expansão do sistema de ensino passa a servir para assegurar a hegemonia burguesa, reproduzindo as relações de classe existente e garantida, ao, mesmo tempo, a expansão do capitalismo.

A educação serviu antes de qualquer coisa ao interesse das classes dominantes em manter sua hegemonia. Logo, ao mesmo tempo em que a educação liberta ela também oprime. E esta forma que se põe a serviço do Estado como alienadora, fator de reprodução do sistema educacional gerenciado por esse Estado.

Quando o Estado através de seu mecanismo ideológico consegue entrar em sintonia com ideologia deixada pela religião (na perspectiva da religião não combativa da realidade), esse poder de alienação se torna bem mais eficaz e garanti desta maneira, os objetivos pretendidos pelo Estado, objetivos esse que causam a acomodação, aceitação espontânea por parte não só do corpo discente como docente, bem como de grande parte da população que desconhece todo seu poder de mudança, de reação, de oposição a esse sistema desumano, desigual, que causa nas pessoas a impressão de que elas nada podem fazer por tudo que acontece ao seu redor. É dessa forma que a alienação cria nos indivíduos a sensação de incapacidade de modificar sua própria realidade.

Como já foi bastante mencionado o papel do Estado na formação dos indivíduos, é importante reforçar que este tem a função de controlar todos os segmentos sociais, políticos e econômicos.

Não sendo diferente a educação e as Mídias são um dos mecanismos que o Estado tem nas mãos para manipular a sociedade no intuito de satisfazer seus interesses. A educação, na sociedade capitalista, é segundo Marx e Engels, um elemento de manutenção da hierarquia social. A igualdade política é algo meramente formal e não passa de uma ilusão visto que a desigualdade social é

concreta e inequívoca. Atualmente a situação não parece muito diferente vivida e escrita por eles. Sendo a mídia um instrumento poderoso aliado ao Estado para a manipulação das massas.

Pode-se dizer que o palco está montando. E há muito tempo espetáculo vem se apresentando. Todo esse arranjo espacial da educação, trás na sua essência a tarefa de forma bons cidadãos, bons cidadãos relativos ao que a ideologia dominante prega. E o que é ser humano bom cidadão para o Estado? Sem dúvida, é aquele individuo que não importa as questões politico econômicas dos seus país, ou seja, é aquele que exprime acima de tudo amor patriótico, que jamais se nega em fazer o que seus patrões mandam que procure mais se cala e obedecer que falar e reivindicar. E qual é o mecanismo que os estado tem para forma os indivíduos nesta filosofia de vida: a escola.

### **2.3- EDUCAÇÃO X MUDANÇA SOCIAL**

Mudança social através da educação tal impressão nasce frequentemente entre os intelectuais inquietos com destino da educação nos países capitalistas, levando as duas posições antagônicas: a primeira afirma a impossibilidade de a escola ser instrumento de mudança social útil às classes marginais da sociedade.

Segunda posição, não menos radical, afirma que escola é o único instrumento de mudança possível, última esperança das classes subalternas. Logo, devemos confiar cegamente na sua capacidade de operar uma mudança social e política na sociedade. Qualquer uma dessas posições tende a produzir ações inconsequentes a primeira, por não ver na escola uma das instituições sociais onde cruzam interesses diferenciados de todas as classes sociais, sendo ao mesmo tempo, útil à reprodução do capital e necessário às camadas subalternas da sociedade, pois, as habilita para vida social e profissional e difunde junto a elas conhecimentos básicos. A segunda, por ser radical a ponto de enxergar a escola como único instrumento de mudança social, como última esperança das classes marginais.

As lutas sociais passam por vários níveis diferentes de ação e a escola deve ser considerada apenas como um destes níveis. Isto não diminui sua importância, pois contém elementos geradores de mudança. Assim, a sua crítica deve acontecer junto com a luta para que ela preencha as necessidades fundamentais das classes

que, mas necessitam dela. Para isso, alguns pressupostos devem ser assumidos no Ensino Religioso.

A escola atual, conquanto seja uma escola da sociedade burguesa, não está único e exclusivo da burguesia. Nela se exprimem os interesses variados das classes fundamentais e a diversidade de suas influências. Pensada como instituições para reproduzir padrões culturais, econômicas políticas e sociais das classes hegemônicas, através da reprodução ideológica e da preparação da população trabalhadora para o capital, por ela também passa a contradição fundamental da sociedade capitalista. Assim, nela também estão representados os interesses das classes subalternas. Para estas, o uso das mídias pode contribuir na luta contra a dominação cultural, exatamente por socializar o código dominante da cultura e possibilitar o acesso ao conhecimento dos valores sociais, estéticos e de linhagem das classes superiores, ao permitir às classes subalternas compreender o tempo que as coisas estão acontecendo no sistema e no social, o conhecimento contribui para o desenvolvimento histórico-político, apontando as possibilidades reais de mudança e de transformação. Além disso, a lutar para que as mídias possam realizar todas as potencialidades apontadas, é dever do educador consciente.

O uso das mídias no Ensino Religioso uma perspectiva da realidade social do educando, dá aos filhos dos trabalhadores condições intelectuais e sociais para que eles possam construir um espírito de solidariedade e de autodesenvolvimento e não se limita a reproduzir o saber sabido.

Como tal, as mídias não pode reduzir o ato educativo à mera transmissão de saber, nem a uma caricatura das relações existentes na sociedade de classes e no sistema produtivo, onde as relações de trabalho são hierarquizadas pela apropriação do saber por uma minoria e pela manutenção da massa dos operários na ignorância dos processos de produção-condição para o desenvolvimento do servilismo que transforma a sem-razão em razão. É indispensável, que os outros e não seus inimigos- o que acontece quando o mestre instaura na classe uma relação onde ele é o que sabe, é, portanto tem direito a falar e exercer o domínio enquanto os alunos, que não sabem, resta apenas silenciar e obedecer. Igualmente, e com força, acontecem entre os especialistas, os diretores e os professores não acontece uma relação de cooperação, e sim de competição e de luta para a submissão do trabalho do outro.

É necessário superar rapidamente algumas atitudes diante das mídias introduzidas nas políticas educacionais atualmente vigentes. É imprescindível superara visão distorcida da educação como meramente instrumental, visando o preparo de recursos humanos para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico de objetivos extremamente duvidosos. A escola não pode se transformar em uma agencia formadora de mão-de-obra para os setores produtivos considerados prioritários. Seu objetivo central deve ser: formar o educando como homem e como cidadão, e não apenas prepara-lo para o exercício de funções produtivas nas empresas para ser consumidor competente dos produtos disponíveis no mercado.

É relevante, igualmente, ultrapassar a concepção de que a educação escolar tem por função apenas repetir o conhecimento do passado, tornando-se uma agencia reprodutora do saber já sabido e considerado úteis para os objetivos nem sempre enunciados claramente. Por isso e para isso há que se alterem radicalmente nossos métodos de trabalho na sala de aula de Ensino Religioso. A escola não pode copiar o espirito de competitividade individualista e egoísta da sociedade capitalista. Uma nova metodologia de trabalho no Ensino Religioso com uso das mídias numa perspectiva crítica.

Assim, o ensino aparece como instrumento para o conhecimento e também para a transformação da sociedade e do mundo. Este é o potencial e o caráter revolucionário da educação. O proletariado, por si só, não conquista sua consciência política, justamente pelo fato de ter sido privado desde o inicio dos meios que lhe permitiram consegui-lo. Por isso, há a necessidade de um processo educativo pautado em um projeto político e pedagógico definido e voltado aos interesses da grande maioria excluída. Aí é que surge o papel das mídias na escola, dos professores de Ensino Religioso, os quais, em nosso entender, são decisivos para a construção de consciência de classe dos educandos.

Acreditamos que é extremamente pertinente a concepção educativa de Marx, visto que sua proposta recupera o sentido da educação e da mídia, não como instrumento de dominação e manutenção de status quo, mas, como processo de transformação dessa situação.

Na sociedade capitalista contemporânea a educação reproduz o sistema dominante tanto ideologicamente quantos os níveis técnico e produtivo. Na concepção marxista a educação assume um caráter dinâmico e transformador,

tendo sempre o ser marxista e o que continua fazendo falta em nossa sociedade. O atual sistema educativo, sobretudo no Brasil, vê confirmando o que se diz sobre a reprodução, exclusão e dominação, por isso, o uso das mídias no ensino religioso deve ser relacionado com a realidade do educando, numa concepção marxista, (transformadora da realidade), e resgatando o ser numa perspectiva mais humana, solidária.

Respeitar e ser respeitado, exercitar o diálogo e a compreensão, ter senso de justiça, praticar a solidariedade, ser generoso, são atitude que não adquirimos de uma hora para outra, mas no convívio social, e isso está em falta em um mundo nas quais as tecnologias estão tomando espaços cada vez maiores, e as relações sociais são ditadas pelo ter: o processo histórico em curso, ao levar á condição de classe dominante. Segundo a análise de Marx, “rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-se asimples relações monetárias”, subvertendo a produção, abalando o sistema social e dissolvendo todas as relações sociais. Como diz Marx: “tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado” (MARX, 1984, p.12).

Todavia, ao criar o mundo á sua imagem e semelhança, a burguesia promove e acirra ainda mais antagonismo social, o que pode levar á sua própria superação. As armas das quais ela lançou mão para destruir as relações feudais tendem a voltar contra si. Segundo Marx, a burguesia não forjou apenas as armas que lhe deram morte, mas também os homens que manejarão essas armas – o proletariado. “A burguesia produz seus próprios coveiros”. “Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”. (MARX, 1984, p. 24). Se Marx analisa a sociedade moderna, procurando entende-la conceitualmente, por outro lado, ele vislumbra a possibilidade de transforma-la, criando as condições para uma nova ordem social.

Isto quer dizer que, se pretende captar a realidade como ela é ao mesmo tempo coloca em ser horizonte como ela deveria ser. A sociedade verdadeiramente humana deve ser um dia uma sociedade sem exploração e opressão, e esta possibilidadeestá dada já agora, na sociedade presente. É por isso que precisamos compreendê-la o mais satisfatoriamente possível. A luta de classes como lei da história, deve favorecer a construção do futuro desejado, já contido no presente odioso e iníquo. Segundo Rodrigues, para haver mudanças é necessário: “A transformação de uma forma a outra, de um modo de produção a outro, se dá pelos

conflitos abertos por causa da luta entre a classe dominada e a classe dominante em cada época” (RODRIGUES, 2000, p.41).

O estado que Marx fez sobre a sociedade burguesa moderna enraíza-se não no assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, nem a partir de si mesmo, mas nas relações materiais de vida. Desse modo, ele pôde encontrar um fio condutor que possibilitou a construção de uma utopia. No prefácio de para a crítica da economia política, diz que esse fio condutor corresponde ao seguinte:

Na produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (...). Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais (...) Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...) Sobrevém então uma época de revolução social (MARX, 1997, p. 29-30).

Com isso em mãos, passou a acreditar que o capitalismo, como modo de produção burguês, pode ser destruído, edificando, assim, em seu lugar uma sociedade sem classes. Ele punha a maior fé na capacidade da ciência em formular uma utopia que pudesse dar conta da sociedade do futuro. Acreditando haver descoberto as leis da história - o seu fio condutor - Marx vislumbrou a superação da sociedade capitalista e a construção de uma nova sociedade, no qual o homem se reencontraria consigo mesmo, seria um ser autônomo e autoconsciente, trabalhador manual e intelectual ao mesmo tempo. Enfim, os homens e as mulheres seriam seres humanos inteiros, completos.

Portanto, para Marx, é a partir do caráter conflituoso da sociedade, sobretudo a moderna, que podemos edificar um novo mundo, um mundo que será o resultado da abolição da propriedade privada e da extinção do trabalho assalariado. “O que queremos é suprimir o caráter miserável desta apropriação que faz com que o operário só viva para aumentar o capital e só viva na medida em que o exigem os interesses da classe dominante.” (MARX, 1984, P.28).

Neste sentido, a transformação dessa sociedade é resultado de um longo processo histórico, cabendo ao cientista identifica-lo, o que lhe dá as condições para construir uma utopia. Por isso que Marx é categórico sobre essa questão. No prefácio citado, afirma cheio de esperança e de otimismo que:

As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a sociedade humana. (MARX, 1997, p.30).

A esperança de Marx por uma nova sociedade pode não ser construída sem a presença também da ação educativa. Poderá no Manifesto que a educação é um dos pontos relevantes para ocorrer a mudança nas relações sociais. É preciso, segundo ele, arrancar a educação da influência da classe dominante, do modo burguês de ver o mundo, se não quisermos que as crianças sejam transformadas “em simples objetos de comércio, em simples instrumentos de trabalho” (Marx, 1984, p.32).

### 3. A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA EDUCAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA O USO DAS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Ressalta Marx, para se compreender as partes é necessário ter a visão do todo, já que o todo é maior que a soma das partes. Dessa forma, para conhecer o fenômeno da educação é necessário, antes, compreender a estrutura da sociedade da qual a escola está inserida. Para ele, a sociedade é formada por uma estrutura (os meios de produção, como a terra, a indústria e o comércio) e uma superestrutura (os aparelhos ideológicos) que justificam a manutenção da estrutura, como a escola, a religião e os meios de comunicação social.

Como na sociedade liberal os meios de produção estão nas mãos da classe capitalista, a função da superestrutura é o de justificar e reproduzir essa sociedade. Ora, a educação é parte da superestrutura de controle usada pelas classes dominantes, como visto anteriormente. “Por isso, ao aceitar as ideias passadas pela escola à classe dos trabalhadores (que Marx denominava classe proletária) cria uma falsa consciência, que a impede de perceber os interesses de sua classe. Como consequência, no capitalismo, a educação é um meio de dominação de uma classe sobre outra.” (Aron, 1987, p.135-143).

No caso da educação, o conceito reprodução significa que a escola prepara as crianças das famílias proletárias para continuar sendo detentoras dos meios de produção, e os filhos das famílias que não possuem estes bens (os proletários), para que continuem vendendo sua força de trabalho. E a escola realiza a alienação dos alunos no processo educacional de duas maneiras: impondo as ideias dos detentores do poder e excluindo as classes subalternas dos bens de produção.

A dialética Marxista postula que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade. A dialética não é só pensamento: é pensamento e realidade a um só tempo. Mas, a matéria e seu conteúdo histórico ditam a dialética do Marxismo: a realidade é contraditória como o pensamento dialético. A contradição dialética não é apenas contradição externa, mas unidade das contradições, identidade: a dialética é ciência que mostra como as contradições podem ser concretamente (isto é, vir – a – ser) idênticas, como passam uma na outra, mostrando também porque a razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como moveis em luta constante. Neste sentido, para os marxistas, já que a escola é parte de uma

estrutura e contribui para reproduzir essa estrutura, a escola seria um dos meios para mudar as estruturas da sociedade.

O marxismo teve grande influência na obra de múltiplos pensadores contemporâneos, que acabaram tendo participação extraordinária na configuração das teorias e políticas educacionais emergentes, como Pierre Bordieu, Louis Althusser e Jean-Claude Forquim, na França; Michael Yong e Henry Giroux, na Inglaterra; Michael Apple e Peter McLaren, nos Estados Unidos; José Gimeno Sacristan, na Espanha; e Antônio Nóvoa e Boaventura de Sousa Santos, em Portugal. Muitos pensadores da educação brasileira, como Moacir Gadotti, Dermeval Saviani e Paulo Freire, também foram influenciados pela dialética de Marx.

As ideias desses educadores acabaram levando ao aparecimento, no Brasil, de uma nova tendência educacional, no início dos anos 90. Esse enfoque ficou conhecido como Teoria da Educação ou Teoria da Reconstrução Social. Ainda é uma tendência emergente, mas poderá exercer grande influência nas políticas públicas educacionais de viés dialético, a serem implementados a partir do ano 2001.

A Teoria Crítica representa o aparecimento das primeiras propostas brasileiras de concepção de educação. Ela considera a pessoa concreta, inserida na sua realidade (que pessoa vai educar? Para viver em que sociedade?). Desse ponto de vista, o enfoque sociológico supera o pedagógico.

Na organização escolar ela absorve elementos das linhas tradicionais e cognitivas. Exemplo: como na escola tradicional, são estabelecidos objetivos, mas o enfoque agora está no processo, e não no produto. Para a Teoria Crítica, o principal objetivo da escola é a formação do aluno para exercer sua cidadania, e não apenas formar um profissional integrado no mercado de trabalho. E, assim como no cognitivismo, “o professor é um orientador e estimulador, mas aqui age também como um interventor, durante o processo de aprendizagem. A avaliação é emancipatória” (CORTELLA, 1998, p.136).

Seu principal teórico foi o professor Paulo Freire (1921-1997). Para ele, a educação pode fazer das pessoas donas da história ou acomodá-las ao mundo como animais: A educação que apenas deposita conhecimentos no aluno (que Freire chamava de educação bancária) é monológica, ou seja, unidirecional, do professor para o aluno. Isso pode conduzir à opressão, porque nela os estudantes

se tornam objetos, e não sujeitos da aprendizagem. A educação que ele classificava de libertadora, deve ser:

Dialógica, ou seja, o professor, ao mesmo tempo em que ensina, aprende com a riqueza cultural que o aluno traz do ambiente em que vive.

Problematizar, isto é, os temas escolhidos para estudo devem ser de acordo com a realidade social vivida pelo aluno.

Crítica, no sentido de ser formadora de cidadania, dando consciência da responsabilidade social e política do educando.

Voltada para a relação reflexão e ação, ou seja, para práxis (prática-teoria-prática): o aluno vem para a escola com sua experiência de vida (a prática), recebe na escola o saber elaborado ou erudito (a teoria) e ao voltar para sua realidade tendo uma nova prática, agora enriquecida pela teoria.

Para Paulo Freire (2002, p.24) a escola tem uma função conservadora, já que reflete e reproduz injustiças da sociedade. Mas, ao mesmo tempo é uma força inovadora, já que o professor tem uma autonomia relativa. Assim o educador tem um papel político pedagógico, já que não existe educação neutra.

Diferente do liberalismo, que possui a crença ingênua de que a educação pode mudar a sociedade e do marxismo, para que escola é apenas um agente passivo da classe dominante, a teoria crítica acredita que se, a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a escola pode fazer. (CORTELLA, 1998, p.136-137).

Dentro da sua concepção a respeito do modelo educacional que domina atualmente, Gadotti diz que a concepção dialética é uma resposta autêntica do povo.

Diante da direção que torna as medidas e prioridades da política educacional do regime burguês (complexo industrial militar – burguês, caminhando não para a superação das distorções estruturais brasileiras, as contradições existentes no interior da sociedade e sim para continuidade e não para mudança).

Segundo Gadotti (1984, p.160), continuando sua análise “a tendência dialética popular visa essencialmente à formação política das classes trabalhadoras para exercício da hegemonia; privilegiando a política (os conteúdos) sobre a técnica (as reformas) insiste numa educação”.

Que surge com a organização popular, com os projetos educativos que o povo tem essa tendência, prossegue ele, é sustentada por outra análise política,

cujo ponto central é a relação entre o trabalho, contradição fundamental da nossa sociedade, razão da violência da miséria e da pobreza.

Finalizando, Gadotti revela:

que os educadores estão vivendo hoje um início de conflito entre o projeto burguês de educação (que é o projeto vigente) e um projeto popular, iminentemente político. No centro desse conflito situa-se a educação como espaço de luta. Por torna-se instrumento de luta por que a derrubada do atual bloco industrial-militar-burguês não se efetivará sem a educação (consciência de classe) para hegemonia das classes trabalhadoras (GADOTTI, 1984, p.160-161).

A concepção dialética na utilização das mídias na educação é voltada para a realidade do educando e não mostra um mundo ilusório, sem contradições como faz o modelo vigente. Vale ressaltar que a sua penetração em nossa realidade não será tarefa fácil, pois, vai encontrar pela frente todo sistema fortemente estruturado, se bem que contará com apoio decisivo de uma grande maioria que anseia por uma transformação justa na educação.

Trata-se de uma nova visão em termos educacionais e acredita-se que a sua aplicabilidade em nossa realidade será bem aceitar, sendo que, as possibilidades são grandes, pois é necessário haver uma transformação radical no sistema educacional brasileiro, onde haja participação popular.

De acordo com a concepção dialética o educando é visto em sua totalidade como ser social que é, e todos são tratados de modo igual, não há discriminação por fatores extras, como por exemplo, o fator econômico, que por sua vez influi bastante quando falamos sobre utilização das mídias principalmente o computador e internet já que são poucos os alunos que possuem computador e internet em casa.

Em suma, a concepção dialética apresenta-se como excelente alternativa a utilização das mídias na educação, pois muito se pergunta qual o papel das mídias na educação. Mas como foi colocado antes, não será tarefa fácil, pois terá que haver juntamente com a transformação educacional, uma transformação política da sociedade.

Para a pedagogia dialética:

A questão central da pedagogia é o homem enquanto ser político, a libertação histórica, concreta, do homem contemporâneo. Por outro lado, o compromisso das pedagogias tradicionais ( da essência e da existência) e com a formação do líder, do dirigente que defende a continuidade de uma ordem social onde predomina os interesses da burguesia (Gadotti, 1984, p.149).

Em prol da concepção dialética, Snyders (1977, p.105-106), nos diz que: “a escola não é um feudo da classe dominante; ela é um terreno de luta entre classe dominante e a classe explorada é terreno que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadores”. Revela-nos ainda que o que se passa na escola reflete a luta contra exploração, ela é simultaneamente reprodução das estruturas existentes correia transmissão da ideologia oficial, mas também, continua ela ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação em suma, para ele a escola é instabilidade, mais ou menos absoluta, a ação.

### **3.1 TRABALHANDO COM PROJETO**

Genericamente, um projeto, então, pode ser conceituado como “a previsão de um conjunto de atividades articuladas entre si dos recursos necessários para levá-los a cabo, com a finalidade de produzir um bem ou serviço que satisfaça necessidades ou resolva problemas” (LUCARELLI; CORREA apud PRESTES, 2003, p.109).

Em se tratando, de modo mais específico, do meio escolar:

Um projeto é um plano de ação gerado por professores e alunos com um objetivo real (produzir algo, abordar alguma dificuldade, solucionar um problema) que integra diversos conteúdos de distintas áreas programáticas (disciplinas escolares) e propicia a construção de aprendizagem significativa (LUCARELLI E CORREA, APUD, PRESTES, 2003, p.109).

Na introdução ao Parâmetros Curriculares Nacionais dos terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, destaca-se que:

A contínua realização do projeto educativo possibilita o conhecimento das ações desenvolvidas pelos diferentes professores, sendo base de diálogo e reflexão para toda a equipe escolar. Para os professores, a leitura e execução de projeto dão coerência às atividades desenvolvidas, e, principalmente, contribui de forma efetiva com sua formação profissional, pois favorece a reflexão e atuação sobre a realidade com a qual trabalha (BRASIL, 1997, p.88).

Bagno (2001, p.220) recorda que a palavra projeto vem de projetar, ou seja, lançar frente. Assim, ao se fazer um projeto, se lança ideias para frente, preveem-se as etapas do trabalho a ser realizado, determina-se até que ponto se deseja chegar com ele. Isso vai permitir que, na consecução do trabalho prático, se saiba como agir, quais as decisões a tomar, qual o próximo passo a dar para que se alcance o objetivo desejado.

O método de projetos proporciona então os alunos que se interessem e se comprometem na programação de ações, estimula-os a adquirirem que lhes permitam construir seu conhecimento e a realizarem atividades que lhes possibilitem fazer previsões e concretizar seus propósitos.

A atuação dos educandos em projetos de cunho social em ensino religioso com auxílio das mídias pode contribuir para que os alunos de 5ª e 6ª série sejam saudáveis psíquica e socialmente. Vivemos numa sociedade capitalista, que impulsiona para o consumo, o prazer imediato, o individualismo, e muitos jovens compram esse pacote. Mas, reitero nossos alunos não são culpados. Os meios de comunicação se encarregam de gravar milhões de imagens nas suas memórias conscientes e inconsciente sem que eles percebam. Sendo que, na realidade todos somos alvo do sistema. Estamos cada vez mais perdendo nossa identidade, nos tornando um número a mais no diário de classe. É preciso que o professor faça com seus alunos uma leitura crítica das ideologias por trás das mídias.

Portanto, a sociedade capitalista contemporânea, marcada pela “coisificação”, e pela anulação da consciência coletiva. Nesse tipo de estrutura social, os indivíduos não são valorizados por seus atributos próprios, eles valem como meio de lucro, seja esse material ou afetivo, e as relações interpessoais são marcadas por profundo egoísmo.

### **3.2 PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA USO DAS MÍDIAS NA AULA DE ENSINO RELIGIOSO**

A partir de pesquisa bibliográfica e leituras pertinentes ao tema, propor-se aos alunos da Escola Estadual Coaracy Nunes, ensino fundamental (5ª e 6ª anos), aliando aos conteúdos curriculares de cada série, as mídias (rádio, televisão, impresso, sítios web), objetivando a concretização do projeto Resgatando valores humanos com resultados satisfatórios.

De acordo com os parâmetros curriculares para o ensino religioso o eixo central para o 5º e 6º anos é favorecer a formação da identidade e a compreensão da alteridade, ou seja, a confiança em si e o respeito pelo outro são conquistas fundamentais para essa etapa de vida dos alunos. Deve-se trabalhar com valores: liberdade, responsabilidade e a aceitação do outro.

Observa-se que a proposta de ensino religioso aplicado à perspectiva marxista para o uso das mídias pretende alcançar uma educação mais consciente, centrada no aluno como pessoa e no seu universo cultural. Desse modo, procura-se selecionar e organizar os conteúdos mais próximos dos alunos, sendo assim, os mesmos escolheram o tema Bullying, pois está mais próximo da realidade vivida por eles.

A partir deste contexto no mês de setembro de 2012, foi desenvolvida uma atividade objetivando a sensibilização para a problemática do Bullying. Com os alunos da quinto ano, o debate em sala sobre o tema, criou-se um roteiro de trabalho. Copiaram no caderno, passo a passo do processo de estudo. Utilizaram computador e internet, para pesquisar imagens e textos. O material pesquisado foi salvo em uma pasta de trabalho criada por eles, e posteriormente, com o auxílio do IMPRESS, no sistema operacional LINUX, apresentaram a pesquisa realizada. E principalmente após a pesquisa o debate e a discussão sobre o tema para que o aluno tenha uma visão crítica da realidade, para então ter capacidade de discernimento e começar a pensar por si mesmo e não repetir o discurso propagado pela classe que detém o poder econômico.

O mesmo tema foi desenvolvido com os alunos da sexto ano. O projeto de estudos passou por diversas fases. A primeira foi leitura, análise e discussão dos textos. Em seguida, os alunos selecionaram imagens e matérias sobre o tema, divulgadas pela mídia impressa, jornais e revistas. Com base nestas informações, os alunos criaram frases de efeito para a sensibilização contra o Bullying na escola. O material selecionado serviu para confeccionarem cartazes e painéis, a serem expostos em locais, previamente autorizados. A partir das frases criadas, foi elaborado, em conjunto, um texto, e enviado aos jornais locais.

O mesmo texto foi publicado no blog <http://tatianente.blogspot.com/>. Todas as fases do projeto de estudo foram registradas com máquina digital, fotos e vídeos. Os registros serviram para os alunos se motivarem na realização das atividades e, continuarem motivados ao compartilhar com “o mundo” tudo o que foi estudado e criado por eles a partir da postagem dos trabalhos no blog.

Os blogs são tecnologias simples e de fácil manejo, que podem estimular debates internos – nas salas de aula, na escola, entre alunos e professores; e, externos, quando as informações, em rede, chegam às outras escolas, proporcionando a interatividade.

Há também atividades proporcionadas por ferramentas tais como e-mail e a mensagem de texto através do celular foi uma das ferramentas utilizadas pelos alunos para conscientizar outros alunos e professores sobre a problemática do Bullying.

Com os alunos do sexto ano, foi exibido o filme “As melhores coisas do mundo”. A partir do filme, atividades diversas foram realizadas: debate em cada turma de alunos, elaboração de textos, (livre escolha do gênero textual), confecção de cartazes, criação de slides, montagem de vídeos, o que incentivou novas pesquisas na internet. Nos seminários tiveram a oportunidade de compartilhar suas ideias e opiniões, desenvolvendo a oralidade.

Outras formas de inserção da mídia é realizar com os alunos da quinta e sexto anos trabalhos de pesquisa em jornais e revista, abordando temas atuais. Por exemplo, A falta de valores humanos na nossa sociedade, além de desenvolver os conceitos de valores humanos presente nas principais religiões do mundo, é possível inserir outros objetivos, tais como: pesquisa, leitura e interpretação adequada, proporcionando ao aluno, criticidade, leitura de mundo, noções de cidadania, solidariedade, fazer-se participativo do mundo e da realidade que o cerca.

A preocupação em adicionar perspectiva marxista para o uso da mídia no ensino religioso está em relacionar o conteúdo com a vida prática dos alunos, como forma de provocar no estudante uma postura crítica diante dos fatos e da vida. Sendo que, a versatilidade é muito importante. Professor pode e deve ser criativo.

Assim a politização do aluno, no sentido de fazê-lo parte integrante do processo de produção sociedade mais humanizada, com todos seus direitos, à educação, ao lazer e, sobretudo a liberdade, o respeito ao outro, e a formação de indivíduos que sabem relacionar-se consigo, com as pessoas, e com o transcendente, esse deverá ser o objetivo do ensino religioso.

## CONCLUSÃO

Ao concluir a proposta de ensino religioso, percebe-se que muita coisa tem que ser feita, até que nossa proposta seja posta em prática, e talvez o primeiro momento seja a tomada de consciência do professor do ensino religioso, através de uma reflexão crítica e aberta da práxis educacional e da realidade religiosa brasileira e mundial. Sendo relevante observar o espaço de sala de aula, na qual uma quantidade cada vez mais crescente daqueles que não professa nenhuma religião. De acordo, com Almanaque Abril (2001, p.127): os ateus e não religiosos formam o terceiro maior grupo em crescimento destes 1980. Deste ano, até 1991, o número de pessoas não vinculadas à religião aumenta 250%.

Já que vivemos num país com uma diversidade religiosa muito grande, devemos preparar nosso aluno para enfrentar essa realidade, mas com espírito crítico, de que o respeito à diversidade é um dos valores mais importantes para o exercício da cidadania. A perspectiva do uso das mídias no ensino religioso como um espaço de desenvolvimento de habilidades cognitivas e relacionadas com a realidade do aluno, de reflexão sobre a vida, a dignidade da pessoa humana, sobre realidade cultural de outros países e a construção de um ser que consegue construir relações sociais baseadas no respeito. Questões fundamentais do ser religioso.

O referido trabalho se concentrou em examinar e expor algumas desses assuntos, ou seja, trabalhou-se basicamente a necessidade de introdução das mídias nas aulas de ensino religioso como forma de melhoria do ensino-aprendizagem. O que se fez foi aproximar um pouco o ensino religioso atual em relação ao ensino religioso que se quer como prática constante de investigação, no sentido de busca da construção do conhecimento e de reflexão sobre a realidade social. Com essa aproximação da realidade através da utilização das mídias, buscando tencionar nos educandos o despertar para uma conscientização, em que os mesmos pudessem refletir sobre a sua realidade no sentido de tomassem consciência de sua prática e do comportamento dentro da sociedade, no tange estar atento para uma observação participativa, para uma reflexão crítica como busca da reorganização de suas ações em relação ao outro, a natureza, e com o transcendente.

Portanto, acredita-se que a utilização das mídias no ensino religioso, como leitura crítica do espaço social, busca formar pessoas que façam à diferença na sociedade, que proponham mudanças, que resgatem seu sentido existencial e o sentido das coisas. Segundo o psiquiatra Augusto Cury (2003, p.153) “uma das causas que levam milhões de jovens a usar drogas, a ter depressão e a ser alienados é que eles não têm sentido de vida, nem engajamento social”.

Neste contexto, verificou-se que o ensino religioso na perspectiva de leitura da realidade do aluno, tem um papel fundamental na escola, pois, de que adianta aprender a resolver problemas de cálculos se nossos alunos não aprenderem a resolver os problemas da vida, de que adianta aprender diferentes línguas se não sabe relaciona-se consigo mesmo, e com as pessoas. Notou-se ainda, ao logo do trabalho de pesquisa em sala de aula, e de minha experiência, que os educandos querem e necessitam de um ensino religioso voltado para a vida deles, sendo que, eles sentem-se importante participando de projetos desenvolvidos por eles, de tomar decisões.

Dessa maneira, o ensino religioso vai contribuir para a formação de cidadãos que saibam reconhecer suas necessidades vitais e, como membro de sua comunidade, as necessidades de seu grupo social. Consciente ele tem condições de saber escolher, ter opiniões, solicitar, exigir e acompanhar decisões. Em suma, verificar que sua sobrevivência como espécie está diretamente vinculada a um novo relacionamento com o mundo, baseado no respeito mútuo, na relação com as pessoas, com a natureza e com o transcendente.

Precisa ir além dos conteúdos programáticos com o intuito de se inserir neste mundo globalizado, com tantas inovações e tecnologias avançadas nos mais variados segmentos. Entretanto a utilização desses recursos deve está alinhada com a concepção de formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, sujeito do processo de aprendizagem.

O projeto de estudo realizado com os alunos da EE. Coaracy Nunes, utilizando os recursos tradicionais, giz, quadro negro, texto, e os métodos de ensino anteriores, aliando-os às mídias educacionais, evidenciaram que os alunos passam a serem sujeitos de seu próprio conhecimento. Desenvolvem as atividades com entusiasmo, são autores, criativos e, se dedicam à construção de um futuro mais promissor. Aceitam o novo, demonstram interesse, são curiosos, usam o tempo a

seu favor, se informam e buscam conhecer o mundo, a partir do mundo oferecido pelo uso adequado das mídias.

Vale ressaltar que devemos observar algumas situações presentes na sala de aula em uma escola pública, no que diz respeito às diferenças sociais, econômicas e culturais, entre os alunos. Nem todas as atividades podem ser propostas e cobradas da mesma maneira, pois nem todos possuem computador, muito menos, acesso à internet em suas casas, pois no estado do Amapá ainda é muito caro possuir internet de qualidade. São alunos que somente têm acesso ao uso das mídias e os novos recursos tecnológicos na escola.

Apesar destes contrastes desiguais, a proposta de inserir as mídias nas aulas de Ensino Religioso tornou-as ainda mais atrativas, a ponto de aguçar a curiosidade nos alunos em cada novo dia. Muitas são as manifestações positivas e a partir delas pode-se constatar que na prática pedagógica, os objetivos deste trabalho foram atingidos, senão plenamente, mas em grande nível de aprovação por parte dos alunos. Isso se verifica em seus questionamentos: O que vamos fazer hoje? Aonde vai ser a aula, no pátio, no laboratório de informática, nas ruas da cidade, na praça, na biblioteca, ou na sombra de uma árvore? São questionamentos que tiram o estereótipo do ensino religioso de aula chata!

O uso das mídias pode, e, deve ampliar os horizontes dos indivíduos envolvidos. Descortinar as ideologias presentes nas mídias principalmente aquelas que não possuem interatividade. Faz-se necessário ir além das imagens, daquilo que vejo e é repassado como real. Despertando o interesse do aluno para a construção do conhecimento, desafiá-lo, questioná-lo, deixando o pensamento inacabado. Nesse processo ensino-aprendizagem, quando os alunos estão motivados e interessados, se tornam agentes ativos e preparados para atuarem de forma crítica e consciente na sociedade na qual estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

- ALMANAQUE ABRIL. 27. Ed. Abril. São Paulo, 2001.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília, ed. Da Universidade de Brasília, 1987.
- BACHA, F, T. Ensino Religioso na Escola pública de São Paulo. Curitiba: IESDE, 2000.
- BAGNO, M. **Pesquisa na escola: como é, como se faz**. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 1997.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Iorencine. – São Paulo: Editora UNESP, 1999-(Encyclopaideia).
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 1997.
- CHAVES, Eduardo O. C. **Tecnologia na Educação**. 2004. Disponível em <<http://internetnovastecnologiasnaeducacao.wikidot.com/tecnologia-na-educacao>>. Acesso em 20 set 2012.
- CONTELLA, Mário Sergio. **Escola e conhecimento fundamentais epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 4.ed. Rio de Janeiro: Sestante, 2003
- DAMASCENO, Alberto de Alí. **A educação como ato político partidário**. São Paulo. Cortez. 1988.
- FIGUEIREDO, A. **O ensino religioso no Brasil: tendências, conquistas e perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FONAPER. (1997), **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso**. 1ª edição, São Paulo, Ave-Maria.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4º ed. São Paulo, Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação (um estudo introdutório)**. 4º ed. São Paulo, Cortez, 1984.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Estampa, 1997.

HARGREAVES, A. **Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HELLMANN, Géssica. **O que é Mídia Social**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/5560/1/O-Que-e-Midia-Social/pagina1.html#ixzz1ENJx96fa>>. Acesso em 20.09.2012

IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LÉVY, Pierry. **As tecnologias da Inteligência**. São Paulo: 34 Ltda, 1993.

MARX, Karl. **O Capital**. 5º ed. Rio de Janeiro, Editora civilização Brasileira, Livro I. Volume 2. Cap. 23. 1980

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos – filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

\_\_\_\_\_. **A origem do capital (A acumulação primitiva)**. 6º ed. São Paulo, Global Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Mandacaru, 1989. [Tradução de Maria Helena Barreiro Alves]

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 1º ed. Brasília, Livraria Martins Fontes Editora, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 5º ed. São Paulo, Ched, 1984.

MESQUITA, José (2002), **A Escola na Sociedade do Conhecimento** [em linha], disponível em <<http://www.netprof.pt/PDF/parte1.pdf>>, [consultado em 20/09/2012].

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. 133p.

OLIVEIRA, Ramon. **Informática Educativa**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. 176p.

PACHECO, Elza (org). **Televisão, Criança, Imaginário e Educação**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2000. 160p.

- PEDROSO, Leda Aparecida; BERTONI, Lucia Mara. **Indústria Cultural e Educação: reflexões críticas**. Araraquara: JM, 2002.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo, Cortez, 1998.
- PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2 ed. São Paulo: Rêspel, 2003.
- PRETTO, Nelson. **Uma Escola Sem/Com Futuro: Educação E Multimídia**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. 247p.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro:DP&A, 2000.
- SILVA, Helena; et al. **Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania**. In: Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005.
- SIEMENS, George. **Conectivismo: uma teoria de aprendizagem para a idade digital**. Dez.2004. Disponível em: <<http://www.webcompetencias.com/textos/conectivismo.htm>>. Acesso em: 20.09.2012.
- SNYDERS, Glordes. **Escola, classe e luta de classe**. Lisboa, Moraes, 1977.
- TOLEDO, Francisco Soderó. **Pedagogia on-line** Abr. 2003. Disponível em: <<http://www.lo.unisal.br/nova/ead/artigo2.html>>. Acesso em: 20.09.2012
- UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas**. Brasília, IBAMA, 1999.
- VALENTE, José Armando (Org.). **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. Campinas: UNICAMP/NIED, 1993. Disponível em <<http://www.pdfqueen.com/computadoreseconhecimento:repensandoaeduca%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 12 set 2012.
- VIEIRA, A. **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo, SP: Avercamp, 2003. 164 p.